



Governo do Município de Conselheiro Lafaiete

Gabinete do Prefeito

Secretaria de Governo

**EXPEDIENTE**

01 JUN. 2021

OFÍCIO Nº 116/2021/SEGOV/GABPREF

Conselheiro Lafaiete, 24 de maio de 2021.

Ao Exmo. Sr.  
Presidente da Câmara Municipal  
**JOÃO PAULO FERNANDES RESENDE**  
Conselheiro Lafaiete - MG

**Assunto: Ref. Resposta ao Requerimento nº 203/2021**

Senhor Presidente,

Em resposta ao Requerimento nº 203 de autoria do nobre edil, Oswaldo Barbosa, encaminhamos o ofício nº 139/2021/PMCL da Procuradoria Municipal com as informações relativas ao combate à pandemia.

Sendo só para o momento.

Seguimos juntos no propósito da resolução das demandas.

Cordiais cumprimentos,

Simone do Carmo  
Secretária de Governo

Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG  
-28-Mai-2021-17:54-034964-1/2



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE PROCURADORIA GERAL

Conselheiro Lafaiete, 24 de maio de 2021.

Ofício nº: 139/2021/PMCL/PROC

**Ref.: requerimento número 203/2021 – Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete.**

Em atenção ao requerimento de nº 203/2021, de autoria do Vereador Oswaldo Alves Barbosa e cujo teor trata de requisição de informações sobre as ações e deliberações relacionados ao combate à pandemia prestamos as seguintes informações.

Com o decreto nº 574, de 16 de março de 2020 o Município declarou situação de emergência em saúde pública no município em razão de surto de doença respiratória 1.5.1.1.0 – coronavírus.

O Decreto nº 577, de 24 março de 2020 dispôs sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos e instituiu o Comitê Extraordinário de Prevenção, Enfrentamento e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 - Comitê Extraordinário CL COVID-19.

O comitê municipal delibera sobre as medidas emergenciais de restrição e acessibilidade, fixadas pelo Decreto Municipal nº 577, de 24 de março de 2020, como ação temporária de prevenção, enfrentamento e contingenciamento da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Conselheiro Lafaiete.

Com o Decreto 585, de 17 de abril 2020, foi decretado o estado de calamidade pública até 31/12/2020, prorrogado pelo Decreto nº 731, de 28 de dezembro de 2020.

Com o avanço da pandemia e das transmissões comunitárias em 22 de maio de 2020 houve a publicação do Decreto nº 608 que “dispõe sobre a adesão do Município de Conselheiro Lafaiete ao Plano Minas Consciente e dá outras providências.” O plano foi criado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Minas Gerais, juntamente à Secretaria de Estado de Saúde.

Assim, a datar dele, o Município passou a seguir os protocolos sanitários e diretrizes, conforme classificação da Macrorregião de Saúde, na qual está inserido e das deliberações do Comitê Extraordinário Covid-19, do Estado, cujas disposições podem ser verificadas nos endereços eletrônicos: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/deliberacoes> e **Erro! A referência de hyperlink não é válida.**

Conforme disposto no Decreto de adesão e nos preceitos do Minas Consciente, o Município deve participar, por meio de seus gestores, de reunião do Comitê Macrorregional ou Comissão Intergestores Bipartite microrregional, quando convocada, para avaliação e monitoramento do andamento do Plano Minas Consciente.

Cabendo ao Município dar ampla divulgação das alterações e atualizações do Plano Minas Consciente, que se dá pelo decretos municipais publicados semanalmente, os quais contém em seu bojo e justificativa, a indicação do número da deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 e informações da circular enviada pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais – Macro Covid 19 Centro Sul, emitida com o relatório da reunião dos prefeitos e



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
PROCURADORIA GERAL

gestores de saúde da Macrorregião Centro Sul, com o Comitê Macrorregional Centro Sul – COVID 19.

Após breve histórico das ações de enfrentamento, após o Município aderir ao “Plano Minas Consciente”, desde a vigência do Decreto Municipal nº 608/2020, não houve reunião ou ato expedido pelo comitê municipal, adotando a Administração, como diretrizes, os protocolos estaduais, em relação às atividades econômicas.

Atenciosamente,

  
**Danielle dos Reis Chagas Lopes**  
Gerente

**Ao Gabinete do Prefeito.**